A dinâmica das notícias sobre a temática racial negra no jornal Folha de S. Paulo

Isabel Cristina Clavelin da Rosa[1]

Resumo:

Neste artigo, abordo a cobertura da temática racial negra no noticiário da Folha de S. Paulo, com destaque para três acontecimentos históricos: centenário da abolição da escravatura, Marcha Zumbi dos Palmares e Conferência de Durban. Do racismo cordial, propagado pela *Folha de S. Paulo* na primeira pesquisa de opinião pública, realizada em 1995, o jornal avança para o racismo confrontado, em 2008, conforme especial daquele ano. Contudo, faz-se uma revisão do conceito de notícia, noticiabilidade e critérios de noticiabilidade, a fim de refletir sobre o enquadramento noticioso da temática racial negra no periódico.

Palavras-chave: Mídia e racismo. Imprensa e relações raciais. Jornalismo e igualdade racial.

1 Jornalista formada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), mestre e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. Professora de Comunicação Social e de Serviço Social da Universidade Católica de Brasília. E-mail: isabel.clavelin@gmail.com

La dinámica de noticias sobre la temática racial negra en el periódico Folha de S. Paulo

Resumen

En este artículo, discuto la cobertura de los temas de raza negra en las noticias de Folha de S. Paulo, destacado por tres acontecimientos históricos: Día para la Abolición de la Esclavitud, el Día Internacional contra la Discriminación Racial y el Día de la Conciencia Negra. El racismo cordial, propagado por la FSP en la primera encuesta, realizada en 1995, el papel avanza al racismo que enfrentan en 2008 como especial ese año. Sin embargo, es una revisión de lo que el concepto de criterios de noticiabilidad y noticias de interés periodístico, para reflexionar sobre la elaboración de noticias de los temas de raza negra en la revista.

Palabras-clave: medios de comunicación y el racismo, los medios y las relaciones raciales, el periodismo y la igualdad racial.

He dynamics of news about black racial's issues in the Folha de S. Paulo

Abstract

In this article, I discuss the coverage of the black racial themes in the news from Folha de S. Paulo, highlighted by three historical events: Abolition of Slavery's Day, the International Against Racial Discriminations's Day and Black Awareness's Day. The cordial racism, propagated by the FSP in the first poll, conducted in 1995, the paper advances to the racism faced in 2008 as special that year. However, it is a review of what the concept of news and newsworthiness criteria of newsworthiness, to reflect on the news framing of the black racial themes in the journal.

Keywords: media and racism, media and race relations, journalism and racial equality.

Introdução

Inúmeros estudos mostram que o jornalismo visa à livre circulação de ideias e configura-se como instrumento da democracia. Partindo de suas pesquisas de oito anos sobre o noticiário de diferentes países relacionado ao racismo e às temáticas de raça e etnia, van Dijk (1997, p. 96) apurou que

> […] los datos del análisis de contenido de diversos países manifestan en primer lugar que la atención que los medios de comunicación prestan a los grupos étnicos es muy limitada, a menos que estos grupos minoritários se asocien con violencia, ilegalidad, delincuencia o un comportamiento cultural <extraño>[2], es decir, con un componente de desviación de diversa índole (VAN DIJK, 1997, p. 96).

Alguns estudos em comunicação no contexto da temática racial negra constataram as diferentes nuances discriminatórias do discurso racial da grande imprensa brasileira em relação aos afro-brasileiros. Por exemplo, Silva e Rosemberg (2008, p. 92) perceberam que "nos jornais, o negro permaneceu, em geral, circunscrito às editorias policial, relacionado à criminalidade; de esporte, principalmente no futebol e no atletismo; de cultura, em geral, cantores e músicos". O jornalista Perseu Abramo (2003, p. 23) aponta a manipulação da informação como "uma das principais características do jornalismo no Brasil", praticada "pela maioria da grande imprensa". Elenca como padrões de manipulação a ocultação, a fragmentação, a inversão e a indução como principais instrumentos de distorções de informações. Para ele, a manipulação da informação tem um significado político.

Nas ocorrências sazonalidade e representações sociais negativas, o campo jornalístico[3] fica desfavorecido, sobre-

2 Grifo no original.

3 Cabe caracterizá-lo como Bourdieu (1997, p. 65), que o define como "monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação e, através desses instrumentos sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores".

tudo o processo de produção de notícias (*newsmaking*)[4] com reflexos na instância sociopolítica da democracia e da cidadania (SILVA, 2002; GENTILLI, 2005). Segundo van Dijk (1997, p. 54), "los procesos de producción de noticias están íntimamente relacionados con los poderes e ideologías que sustentan la organización que las produce", o que demonstra a necessidade de estudos das notícias.

Segundo o jornalista Bernardo Kucinski (2000, p. 39-40), algumas das tensões e demandas sociais atuais retornam "sob novas formas, com alguns traços culturais, econômicos e sociais, moldados por quatrocentos anos de escravatura". Também afirma: "o não-pluralismo tornou-se, assim, um traço dominante na cobertura e no debate, pela mídia brasileira, de assuntos considerados estratégicos pelas elites dominantes". Apesar desses princípios, Capelato (1994, p. 72), ao vincular imprensa e História do Brasil, inclui entre seus registros que a "grande imprensa brasileira é conservadora e teme a democracia. Esta característica se deve ao fato de que a própria sociedade brasileira é conservadora". Conforme a historiadora, a democratização da imprensa requer "que muitos se empenhem nessa luta; aos jornalistas cabem tarefas fundamentais relacionadas a direito de informação". Na mesma direção, Lage (1979, p. 28) resume: "embora às vezes graficamente primorosos, os grandes jornais brasileiros seriam bastante deficientes do ponto de vista editorial, distantes do leitor, preocupados demais em servir à complexa ordem do poder, com múltiplas instâncias de dependência".

Eis os pontos que veremos na sequência dos conceitos básicos de notícia para aproximação do objeto desta da pesquisa no que tange à produção de notícias e à temática racial negra, partindo dos fazeres jornalísticos da grande imprensa.

---

4 Para Mouillaud (2002, p. 55), a questão colocada em Making news é a da "identificação dos acontecimentos que são admitidos no campo da informação, preferencialmente, a questão do conteúdo".

Notícia, valor-notícia e noticiabilidade

Desde os tempos mais remotos da imprensa, Nilson Lage (1979, p. 33-37) resgata a importância da notícia como "relatos de acontecimentos importantes – para o comércio, os meios políticos, as manufaturas" até a Revolução Industrial. Ao discorrer sobre as fases do jornalismo, Lage avalia uma mudança no modo de produção da notícia, no qual "*crenças e perspectiva* nela incluídas não são mais as do indivíduo que a produzia, mas da *coletividade hoje produtora*[5], cujas tensões refletem contradições de classes ou de cultura".

As notícias têm influência na vida cotidiana (BERGER & LUCKMANN, 1974), "en nuestro *conocimiento social y político*, así como nuestras *creencias sobre el mundo*"[6] (VAN DIJK, 1997, p. 29), ocupando mais espaço que outras práticas discursivas atuais. Cremilda Medina (1988, p. 43) concebe notícia, ou "mensagem jornalística", como produto de consumo da industrial, não somente "revestido de conotações negativas", mas também como um "produto dinâmico pelo ângulo da oferta e da demanda". Como produto genuíno das sociedades industrializadas e urbanas, a notícia é elaborada para "atingir a massa" e transpor fronteiras.

Para Ciro Marcondes Filho (1989, p. 13), notícia pode ser conceituada como "informação transformada em mercadoria com todos os seus *apelos estéticos, emocionais e sensacionais*", tornando-se "meio de *manipulação ideológica* de grupos de poder social e uma *forma de poder político*".[7] Conforme o autor, a notícia pertence "ao jogo de forças da sociedade" em três dimensões: como fator de sobrevivência econômica, veiculador ideológico e estabilizador político. Na mesma via de expor o conceito de notícia, Elcias Lustosa (1996, p. 19) a concebe como "relato de um fenômeno social, presumivelmente de *interesse coletivo*[8] ou de um grupo expressivo de pessoas". E faz a ressalva: "notícia não é a

5 Grifos da autora.
6 Grifo da autora.
7 Grifos da autora.
8 Grifo da autora.

exata tradução da realidade", porque parte de um sistema de exclusão em que versões, fatos e acontecimentos deixaram de ser noticiados.

Para Genro Filho (1987, p. 184), a "notícia é a unidade básica de informação do jornalismo", conforme formulação desenvolvida na tese da pirâmide invertida – técnica utilizada pela primeira vez pelo *The New York Times* em abril de 1861 –, em que a notícia é hierarquizada do mais importante para o menos importante. Para ele (1987, p. 184), "a notícia é a unidade básica de informação do jornalismo". Em *A construção da notícia*, Miguel Alsina (1996, p. 185) conceitua-a como "una representación social de la realidad cotidiana producida institucionalmente y que se manifiesta en la construcción de un mundo posible".

Entre as reflexões sobre notícia[9] e sua localização como questão central do jornalismo, Nelson Traquina (1999, p. 169) traz a seguinte formulação: "notícias são resultado de um *processo de produção*, definido como *percepção, seleção* e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)". Para o *Novo Manual da Redação* (1998, p. 38), o verbete *notícia* é definido como "puro registro dos fatos, sem opinião". Todavia, no Projeto Folha da mesma publicação está registrado que "a **Folha**[10] considera notícias e ideias como mercadorias a serem tratadas com rigor técnico" (FOLHA DE S. PAULO, 1998, p. 13).

Entende-se notícia como o registro de fatos e acontecimentos considerados mais importantes e inusitados entre os fatos e acontecimentos existentes. A notícia representa a essência do jornalismo por ser a matéria-prima, isto é, o material de trabalho a que jornalistas se dedicam incessantemente em localizar, apurar e reportar para o público. A busca pela notícia não se restringe ao período de trabalho dos jornalistas na redação, pois a inspiração fora da redação pode levar à identificação de assuntos diferenciados que poderão se transformar em pautas e, consequentemente, em notícias.

---

9 Ver, ainda, Motta (2006, p. 45-52) sobre ambiguidades da notícia.
10 Grifo no original.

Stuart Hall e seus companheiros (1999, p. 224) analisaram a produção de notícias na grande imprensa e verificaram que "as notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia numa *escolha e seleção sistemática* de acontecimentos e tópicos com um conjunto de *categorias socialmente construídas*".[11] Fatos e acontecimentos constituem um manancial de matéria-prima. A extração desse recurso consiste na seleção do que será tratado, ou seja, na escolha do que se julga ser matéria-prima digna de adquirir a existência pública no formato de notícia. Numa palavra: noticiável (*newsworthy*).

Mauro Wolf (1995) conceitua valor-notícia (*news values*) como componente da noticiabilidade, com critérios relevantes presentes ao longo de todo o processo de produção da notícia. São eles subdivididos em critérios substantivos na avaliação direta do acontecimento quanto ao interesse ou importância da notícia e em critérios contextuais relacionados às condições de produção da notícia. Genro Filho (1987, p. 76) destaca que o "critério de valor da notícia vai depender (contraditoriamente) da universalidade que ela expressar. O *singular, portanto, é a forma do jornalismo e não o seu conteúdo*".[12]

Traquina (2005, p. 62-63) aponta o valor-notícia como "aspecto fundamental da cultura profissional" e os critérios de noticiabilidade como "conjuntos de valores-notícias que determinam um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, ser merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo 'valor-notícia'". Segundo o teórico, compõem o valor-notícia: notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, conflito ou controvérsia, infração, disponibilidade, equilíbrio, concorrência, simplificação, amplificação, personalização e dramatização.

Ainda, de acordo com o *Novo Manual da Redação* (1998, p. 35), "os critérios elementares para definir a

11 Grifos da autora.
12 Grifo no original.

importância da notícia" são marcados por

> [...] ineditismo (a notícia inédita é mais importante do que a já publicada), improbabilidade (a notícia menos provável é mais importante do que a esperada), interesse (quanto mais pessoas possam ter sua vida afetada pela notícia, mais importante ela é), apelo (quanto maior a curiosidade que a notícia possa despertar, mais importante ela é), empatia (*quanto mais pessoas puderem se identificar com o personagem e a situação da notícia, mais importante ela é*[13]) (FOLHA DE S. PAULO, 1998, p. 35).

A *Folha de S. Paulo* recomenda à redação que as notícias e as reportagens "devem atender às *necessidades de seus leitores*, que formam um grupo particular dentro da sociedade. Esses interesses mudam e o jornal participa de modo ativo desse processo" (FOLHA DE S. PAULO, 1998, p. 35). Nesse sentido, a *Folha de S. Paulo* demonstra intenção de acompanhar a dinâmica da sociedade e isso poderá ser feito pelos profissionais contratados que lidam, ou melhor, estão envolvidos de alguma forma com os fatos e acontecimentos.

Ao se pensar jornalismo e sociedade no Brasil, uma reflexão não pode deixar de ser feita: como o racismo opera na imprensa? Essa indagação inspira-se na exposição da jornalista Miriam Leitão, colunista de jornal, rádio, TV e internet das Organizações Globo – maior conglomerado de comunicação do país –, no seminário *Mídia e racismo*, promovido na Universidade Candido Mendes, em agosto de 2001 (LEITÃO, 2002). O evento aconteceu uma semana antes do início da III Conferência contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, organizada pelas Nações Unidas. Dias antes da chegada da delegação brasileira ao encontro internacional, o governo brasileiro anunciou a proposta de reserva de vagas para negros no ensino superior (SILVA, 2003) – tema impulsor de um debate público acerca do racismo, das estratégias para a sua superação e reflexões sobre os conflitos raciais no Brasil.

13 Grifos da autora.

Para Abdias do Nascimento, em entrevista concedida para a autora, há um desequilíbrio intencional na cobertura da grande imprensa aos temas relacionados ou de interesse dos afro-brasileiros. Militante negro, com intensa atuação na política, academia, cultura na grande imprensa e na imprensa negra, Nascimento aposta no empreendimento da imprensa negra entre as estratégias para combater o racismo e fomentar um espaço de comunicação para enunciação autônoma da temática racial negra. Na sua atuação no jornalismo, o ativista critica a parcialidade do noticiário da grande imprensa na relação simbiótica entre jornalismo e democracia (TRAQUINA, 2007).

> A imprensa é um setor onde não tem havido trégua contra as iniciativas do negro. Não tem havido trégua. É um desapreço total. Tem que achar, aparecer uns pioneiros que enfrentem esse acúmulo de dificuldade e consiga levar adiante uma iniciativa pioneira de Jornalismo negro, que vença essas barreiras todas e se firme realmente como um líder da raça que está faltando.

A crítica de Nascimento expõe o que van Dijk (1997) chama de "racismo mediatizado" pelo contrato tácito de parte das empresas e dos jornalistas de representarem e darem mais destaque aos interesses dos grupos dominantes. Como já discutido aqui neste trabalho, grande parte dos jornalistas faz parte das elites simbólicas brancas, portanto, têm limites ideológicos na leitura e na interpretação dos conflitos raciais.

Além da criação de canais próprios de comunicação, o Movimento Negro vem estabelecendo diferentes estratégias para influir na esfera pública por meio da grande imprensa. Em função disso, a compreensão do processo de produção de notícias (*newsmaking*) e a temática racial negra tornam-se questões latentes para a investigação científica pela importância da imprensa e do jornalismo na vida social (SCHLESINGER, 1999).

Conforme Fernando Conceição (2004, p. 105), a disputa do Movimento Negro pelo espaço público acirrou-se na década de 1970, quando se tornou "enunciador de um discurso enunciado" adquirindo condições de se contrapor ao discurso das classes dirigentes. Com relação à visibilidade pública do Movimento Negro, Silva e Rosemberg (2008) verificam uma exposição frequente no final da década de 1980, com destaque para o início do ano 2000 – período em que as reivindicações começam a se inserir na agenda política por meio de políticas públicas.

Uma das estratégias do Movimento Negro na mídia é uma reação sistemática às práticas discriminatórias e não pluralistas da grande imprensa, por meio, inclusive, de tentativas de interação com as rotinas produtivas do jornalismo mediante fatos e acontecimentos e contestação crítica do fazer jornalístico.[14] Porém, alerta Van Dijk (1997, p. 58), "la rutina periodística se centra necesariamente en las instituciones que ostentan el poder". Pierre Bourdieu (1997, p. 52-55) coloca a atividade jornalística no centro de disputas e interesses sociopolíticos e culturais por considerá-la um "microcosmo", caracterizado por "fortes tensões entre os que desejariam defender os valores da autonomia, da liberdade". É, portanto, definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte de outros microcosmos.

Para tornar mais nítidas essas inquirições, são recuperados três momentos emblemáticos da história que exibem a interação do Movimento Negro com as rotinas produtivas da grande imprensa: o Centenário da Abolição da Escravatura, em 1988, os 300 anos do assassinato de Zumbi dos Palmares, em 1995, e a Conferência de Durban, em 2001.

2 1988: o centenário da abolição da escravatura

Em 1988, o jornal *Folha de S. Paulo* aplicou pesquisa fechada entre 998 brancos, 210 negros e 313 mulatos na capital paulista. De acordo com o coordenador da pesquisa, Antonio Manuel Teixeira Mendes, em perguntas explícitas sobre preconceito de cor, é aferido "seu caráter dissimulado" (CARDOSO, 1992). Por conta disso, o autor apresenta-se receoso com a intencionalidade do jornal *Folha de S. Paulo* com relação à pesquisa, questionando a metodologia usada, as perguntas aplicadas e os reais interesses acerca da pesquisa.

> A desproporção no universo pesquisado parece-nos apontar para um interesse ostensivo em debruçar-se sobre as elaborações subjetivas brancas, uma espécie de verificação algo dos 'efeitos da atitude branca sobre sua própria consciência' (CARDOSO, 1992, p. 46).

14 Mouillaud (2002:68) explica o paradigma do fazer pelas imagens tramadas numa teia, assim como ocorreria com os modelos dominantes das sociedades industriais, com efeito hegemônico vinculado à natureza do acontecimento.

Tal posição seria compartilhada sete anos depois pelo intelectual negro Milton Santos, em 1995, na análise da segunda pesquisa realizada pela *Folha de S. Paulo* sobre o racismo no Brasil. O ano de 1988 é um marco histórico na política brasileira devido à promulgação da Constituição Federal, também chamada Constituição Cidadã.[15] O racismo ganhou conotação de repúdio, configurado como crime inafiançável. Cardoso (1992) fez análise do discurso jornalístico e identificou representações sociais negativas com relação à imagem dos negros brasileiros na cobertura da grande imprensa por ocasião do centenário da abolição da escravatura. São alguns dos jornais estudados: F*olha de S. Paulo, Jornal do Brasil, Gazeta de Pinheiros, Notícias Populares, Tribuna do Ceará, O Estado do Maranhão, A Tarde,* entre outros.

> O Centenário da Abolição ampliou o debate sobre relações raciais e étnicas e, em razão das demandas do Movimento Negro, diversos segmentos organizados da sociedade civil incorporaram-no a suas pautas reivindicativas. Durante os cinco primeiros meses do ano de 1988, os jornais, progressivamente, abrem espaços para a abordagem do tema "libertação dos escravos", associando-o, em graus diferentes, às condições de vida da população negra no presente. Embora ainda predomine o discurso sobre o negro, este já conquistou o espaço de fala nas entrevistas e em alguns artigos assinados, manifestando-se também através das "cartas dos leitores" (CARDOSO, 1992, p. 12).

Ao situar a escalada ascendente da temática racial negra na grande imprensa, Cardoso adotou a técnica de análise de discurso para apreender o viés ideológico racista de diversos jornais brasileiros no centenário da abolição. Sobre a construção das imagens negras, constatou, na apreciação de editoriais, entrevistas, charges e cartas de leitores, que os negros foram representados como "portadores de uma humanidade inferior" e a identidade como "fonte de conflitos",

15 Entre tantas deliberações relevantes para o regime democrático, consta a liberdade de expressão e comunicação, além de ser assegurado a todos o acesso à informação. CÂMARA DOS DEPUTADOS, Constituição da República Federativa do Brasil: 1988. 27. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.

com mistificação da igualdade alicerçada no mito da democracia racial pela transformação da "opressão e a espoliação que regem nosso sistema interétnico numa ideal e 'perfeita coexistência de etnias'" (CARDOSO, 1992, p. 27-8).

As constatações de Cardoso (1992) convergem com as considerações de van Dijk (2008) acerca do discurso da grande imprensa, o caráter das notícias e o papel dos jornalistas na cobertura do racismo e da temática racial negra. Conforme o pesquisador holandês, "reportagens de jornais racistas ou tendenciosas, editoriais e artigos de opinião não apenas emergem espontaneamente conforme as ideologias étnicas dos jornalistas (brancos), mas também dentro de um complexo contexto de elaboração e programação de notícias diárias" (VAN DIJK, 2008, p. 21).

Por sua vez, o pesquisador brasileiro Ricardo Ferreira (2004, p. 21) aposta que "1988 representou um desafio e uma mudança na forma de tratamento da imprensa sobre o segmento afro-brasileiro" e que os jornais se diferenciaram da mídia eletrônica ou da publicidade, posicionando-se como o "veículo que o negro teve maior espaço enquanto notícia", fenômeno que constatou continuidade até o final dos anos 1980. Porém, Ferreira percebeu fragilidades dos jornalistas diante de temas como o centenário da abolição, a mobilização pelo fim do *apartheid* na África do Sul e a elaboração da Constituição Federal.

> A postura da imprensa frente a todas estas mudanças políticas tem sido bastante oscilante. Ora a imprensa avança na discussão, outras vezes fica num discurso superficial e inócuo. O jornalista, através do improviso, vai pela intuição, transitando entre esses fenômenos. Porém, esse modelo já não tem mais dado conta das muitas realidades sociais. Assim, os profissionais de imprensa que não estiverem preparados para coberturas jornalísticas sobre o segmento negro podem reforçar atos de racismo, discriminação e estereótipos, mesmo quando a linha editorial do jornal não for esta. Vale mencionar que os jornais fazem questão de anunciar que não compactuam com qualquer tipo de discriminação ou racismo. O que de fato parece acontecer. Mas, se existe esta preocupação, é porque o problema anda rondando as redações (FERREIRA, 2002, p. 22).

Mesmo enfraquecido, Andrews alerta para a capacidade de ressurgimento do mito da democracia racial devido ao seu enraizamento no imaginário social.

> Entretanto, embora o mito esteja em grande parte desacreditado, seria prematuro imaginá-lo completamente apagado. É um conceito que está profunda e amplamente difundido na sociedade brasileira e que não será derrubado da noite para o dia. Como se poderia esperar, o centenário foi também uma oportunidade para aqueles que acreditam reafirmar em seu compromisso, como fez o jornal O Globo, do Rio de Janeiro, em seu editorial "A Verdadeira Discriminação" (ANDREWS, 1998, p. 352).

Esse posicionamento não seria sinal de uma inflexão, pois "la posición de poder de los medios dominantes puede parecer, a veces, ambivalente, pero en general es coherente con la de las formaciones dominantes y de las instituciones de la sociedad" (VAN DIJK, 1997, p. 52).

O pesquisador brasileiro Antônio Sérgio Guimarães (2004) também reconstituiu o caminho em que a temática do racismo chega aos jornais, tomando por base a cobertura do noticiário no centenário da abolição da escravatura. Partindo dos arquivos do Centro de Estudos Afro-asiáticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CEAA), ele analisou 101 matérias coletadas dos três jornais diários mais importantes editados no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Salvador. O levantamento sinalizou que o Rio de Janeiro "concentrou 70% das matérias, contra 19% de São Paulo e 11% de Salvador" (GUIMARÃES, 2004, p. 117). Portanto, o racismo foi mais discutido no "*Jornal do Brasil* (41%), *O Globo* (21%) e *Folha de S. Paulo* (12%)" (idem, p. 117). Os gêneros jornalísticos foram assim classificados em relatos e opiniões assinadas sobre discriminação racial no Brasil, notícias de discriminação racial a brasileiros no exterior, debates em torno de anúncios e notícias sobre legislação antirracista. Do material analisado, 46% se referiam à discriminação racial no Brasil; 42% sobre racismo em geral; 9% relacionados ao racismo em peças de *marketing* e 3% sobre notícias de discriminação de brasileiros no exterior.

3 1995: os 300 anos do assassinato de Zumbi dos Palmares

Em 1995, o jornal *Folha de S. Paulo* realizou sua segunda pesquisa sobre racismo no Brasil. Apresentada como a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil, a pesquisa mobilizou 700 profissionais do Datafolha, 11 jornalistas[17] que prepararam um suplemento de 16 páginas sobre o tema. A Folha de S. Paulo, como definiu Conceição (2004, p. 101), fez um "*investimento inusual*[18] na grande mídia brasileira", com aporte de US$ 77 mil para a elaboração e aplicação da pesquisa.

> O registro da trajetória de Zumbi na mídia nos 300 anos de sua morte – e momentos imediatamente próximos – seguiu um curso não-linear. É quase certo que os protestos do Movimento Negro durante 1988 (centenário da questionada abolição da escravatura brasileira) serviram de base argumentativa a favor das pressões dos que colocaram, como ocasião singular do debate racial, a efeméride dos 300 anos de um episódio ímpar – questionador do regime colonial/escravista nas Américas (CONCEIÇÃO, 2004, p. 104-105).

Conforme o jornalista Fernando Rodrigues, os cinco mil entrevistados levaram a três grandes resultados:

> [...] apesar de 89% dos brasileiros dizerem haver preconceito de cor contra negros no Brasil, só 10% admitem ter um pouco ou muito preconceito, mas, de forma indireta, 87% revelam algum preconceito, ao pronunciar ou concordar com enunciados preconceituosos, ou ao admitir comportamentos de conteúdo racista em relação a negros (TURRA & VENTURI, 1995, p. 11).

17 Participaram da cobertura: Aureliano Biancarelli, Cleusa Turra, Cristina Grillo, Fernanda Scalzo, Fernando Rodrigues, Hélio Zolini, João Batista Natali, Marilene Felinto, Maurício Stycer, Sara Silva e Silvia Quevedo.
18 Grifo da autora.

Inspirado na efeméride dos 300 anos de assassinato de Zumbi, o projeto foi desenvolvido em seis meses, trouxe à tona a expressão "racismo cordial" e recebeu duras críticas do geógrafo e intelectual negro Milton Santos, que em entrevista a Mauricio Stycer publicada no livro apontou a necessidade de a *Folha de S. Paulo* "ir além da constatação". Ou seja, era um chamamento para a responsabilização do jornal pelo fato de este fazer parte da sociedade brasileira e ter condições de dar respostas efetivas para a desconstrução do racismo no Brasil dentro do seu raio de comando, isto é, dentro do jornal: da redação aos diferentes setores e empresas do Grupo Folha.

> Eu não estou seguro de que a Folha esteja tratando corretamente a questão. O nível de imprecisão com que a palavra "preconceito" foi utilizada inutiliza muitos dos resultados. [...] Esse teria que ser definido melhor. A maior parte das questões colocadas serve a uma estratégia de marketing, não a um trabalho social. Essa é a minha crítica central. [...] Marketing é fazer perguntas apenas sobre o discurso e não sobre o comportamento. [...] Essa pesquisa é um esforço importante, mas largamente insuficiente. É uma pesquisa fundada nos preconceitos. Para saber que o brasileiro é racista não precisava fazer essa pesquisa. [...] O centenário da abolição, em 1988, deu lugar a comemorações, a festas, a imprensa se ocupou e depois nada. Eu tenho medo que esses 300 anos de Zumbi dêem na mesma coisa. Não dá mais para ficar só na constatação do racismo (SANTOS, 1995, p. 58-60).

Pela via política, a Marcha Zumbi 300 anos, contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida[19] reiterou a agenda política dos negros brasileiros de desmantelamento do mito da democracia racial, denúncia do racismo e dos casos de discriminação racial e, sobretudo, reivindicação de direitos por meio da responsabilização do Estado brasileiro com relação à conivência e à omissão diante do racismo, assim como seu papel no combate ao racismo por meio de políticas públicas.

19 Festa (2008) registra as principais ações do Movimento Negro nos anos 1990 até a atualidade e uma mudança no cenário mundial no contexto da diversidade, com visibilidade às questões de raça, etnia, gênero, direitos sociais e civis

Daquele momento em diante, o Estado brasileiro passaria a incorporar a igualdade racial como componente das políticas públicas.[20] A participação do Brasil na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância[21](BAIRROS, 2002), em 2001, transformou-se num tema com grande cobertura do noticiário da grande imprensa (IRACI & SANEMATSU, 2002): surgiam as políticas de ação afirmativa como medidas de inclusão dos afro-brasileiros e instaurava-se no noticiário brasileiro uma polêmica que já dura mais de uma década.

Recorrentemente, fatos e acontecimentos no âmbito da temática racial negra são tangenciados da sua real ocorrência, especialmente quando o discurso-enunciado pelo Movimento Negro exige direitos de cidadania (GENTILLI, 2005) no diálogo com o poder público, denuncia as desigualdades raciais e repudia o mito da democracia racial[22] (MOURA, 1977; RIBEIRO, 1999). À medida que o país abriu-se para a democracia, as intervenções sociais no espaço político vêm transformando a dinâmica da sociedade e o discurso jornalístico. Medina (2004) e Gentilli (2005) verificam possibilidades de transformação no jornalismo a partir das pressões políticas de setores organizados, como o Movimento Negro e de Mulheres Negras. Assim sendo, o jornalismo contribuiria ao entendimento e à resolução dos problemas sociais[23](SEABRA, 2002; SILVA, 2002) ao evidenciá-los na cobertura cotidiana por meio de uma prática

20 Santos (2005) atém-se ao ingresso da discussão sobre racismo e políticas públicas de igualdade racial, em 1996, quando da instalação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra ligado ao Ministério da Justiça.

21 Realizada em Durban, África do Sul, em 2001, a conferência inseriu compromissos nas agendas governamentais de países signatários da Declaração e Plano de Ação de Durban, como o Brasil. Na área de comunicação, a Declaração de Durban prevê, entre outras medidas, o combate a estereótipos, propagação de racismo e ódio racial na internet e campanha de sensibilização antirracista aos profissionais da mídia impressa, eletrônica, propaganda e internet. Disponível em: <http://www.comitepaz.org.br/Durban_1.htm> Acesso em: 19 set. 2008.

22 Na década de 1930, Freyre (1998) lançou a obra que instituiu o "mito da democracia racial" por afirmar a existência de harmonia e de cordialidade entre escravizados e senhores no período da escravidão no Brasil.

23 Canellas (2008, p. 114) resgata a motivações do jornalismo conectando com o trabalho de uma pauta social. "É possível que um repórter que lida com agenda social receba infindáveis "nãos" ao longo de sua vida profissional. Faz parte do jogo. Inaceitável é abdicar da inquietude, da curiosidade, da capacidade de pensar livremente, de exercer a crítica e de propor, porque essas são características intrínsecas à condição do repórter".

sem o silenciamento de vozes, ocultamento de fatos e acontecimentos relevantes para o processo democrático, plural e multirracial ou danos à informação como direito social e humano (GENRO FILHO, 1987; GENTILLI, 2005).

É vasto o potencial de investigação da temática racial negra e sua imbricação com o jornalismo plural devido ao manancial do campo jornalístico (BOURDIEU, 1997) do ponto de vista da epistemologia da comunicação entrecruzada com a problemática do racismo no Brasil. Como sugere Érik Neveu (2006, p. 63), é preciso "pensar o espaço do jornalismo como um universo estruturado por oposições ao mesmo tempo objetivas e subjetivas, a perceber cada publicação e cada jornalista dentro da rede de estratégias, de solidariedade e de lutas que o ligam a outros membros do campo". Partindo desse ponto, os fazeres jornalísticos da grande imprensa são entendidos como práticas sociais relevantes para a investigação de como essa rede de estratégias poderia fomentar ou enfrentar o racismo no Brasil, assim como a existência ou não de um interesse de contribuir para um debate público e plural sobre as relações raciais.

4 2001: A Conferência de Durban

A partir da Conferência de Durban, diferentes setores da sociedade brasileira passaram a se interessar pelo tema das políticas de ação afirmativa. Desde 2001, esse debate tornou-se público, pois ganhou ruas e lares, rodas de conversas de todos os níveis sociais, demonstrando um deslocamento da opinião pública em favor da discussão acerca das relações raciais e despertando, na população brasileira, o desejo de falar de algo que antes era objeto de debate entre intelectuais e políticos. A imprensa exerceu seu papel de mediação na esfera pública de cobertura dos fatos e acontecimentos decorrentes da Conferência de Durban e pelas discussões internas acerca do posicionamento do Brasil com relação ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e às intolerâncias correlatas. No entanto, diversos estudos classificaram a cobertura noticiosa como controversa e, por vezes, parcial.

No período da conferência, Iraci e Sanematsu (2004) analisaram o noticiário dos jornais da grande imprensa *Correio Braziliense, O Estado de São Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal de Brasil*, de 25 de agosto a 14 de setembro de 2001. Foram clipados jornais e revistas uma semana antes do início do evento, durante a semana da

conferência e uma semana após o seu encerramento. O monitoramento de imprensa considerou os seguintes gêneros jornalísticos: editorial, artigo, carta de leitores, entrevista, notícia, coluna e frases. Na avaliação do teor informativo ou opinativo das notícias dos jornais monitorados, as pesquisadoras identificaram na *Folha de S. Paulo* 71 notícias com foco na informação (69%) e 32 notícias de opinião (31%). Ações afirmativas e discriminação foram os temas mais frequentes no conteúdo noticioso. Negros, indígenas, judeus e palestinos estiveram entre os grupos mais mencionados nos jornais, enquanto nas revistas o conteúdo se ateve exclusivamente com relação ao grupo negro. Entre os jornalistas, a repórter Fernanda Escóssia, da Folha de S. Paulo, assinou 23 matérias enviadas de Durban, seguida pelos repórteres José Maria Mayrink, de O *Estado de São Paulo*, também enviado que produziu 17 matérias, e Luis Turiba, do *Correio Braziliense*, enviado que assinou cinco matérias.

No artigo *O já-dito e o não-dito: o papel da imprensa no debate sobre as cotas*, a jornalista negra Rosane Borges (2003) também se debruça sobre a análise dos editoriais do jornal *Folha de S. Paulo* acerca da política de cotas raciais para negros nas universidades e dos artigos da articulista negra Sueli Carneiro, publicados semanalmente no jornal *Correio Braziliense*. Desse modo, o estudo entrecruzou visões diferenciadas acerca de um mesmo fato social, no caso, as políticas de ação afirmativa, também chamadas políticas de cotas raciais. O primeiro expõe o posicionamento da direção do jornal Folha de S. Paulo. O segundo elemento revela a apreciação do tema por uma ativista do Movimento de Mulheres Negras inserida na grande imprensa. Borges captou o posicionamento contrário da *Folha de S. Paulo* sobre as cotas raciais e a defesa da medida na coluna da ativista negra, que servia como uma voz contrária para tentar um equilíbrio do debate erguido nos jornais da grande imprensa.

Considerações finais

O primeiro projeto dedicado à temática racial negra da *Folha de S. Paulo* ocorreu em 1988, ano do centenário da abolição da escravatura (CONCEIÇÃO, 2005), quando o jornal realizou uma pesquisa fechada com cerca de 1.000 pessoas, na capital paulista, para aferir o preconceito de cor. Em 1995, estimulado pela agenda política do Movimento

Negro de visibilizar os 300 anos do assassinato do líder negro quilombola Zumbi dos Palmares, o jornal *Folha de S. Paulo* realizou a pesquisa Racismo Cordial e uma série especial homônima publicada no jornal (TURRA & VENTURI, 1995; CONCEIÇÃO, 2005).

Em 2002, o jornal Folha de S. Paulo, em caderno especial, fez referência à expressão "racismo cordial", à época do especial de 1995 bastante criticada por ativistas do Movimento Negro e de Mulheres Negras (SANTOS in: TURRA & VENTURI, 1995) . Tal crítica decorre da ambiguidade da cobertura: ora questionadora do fenômeno na ordem sociopolítica estabelecida, ora conivente com as explicações mais superficiais do fenômeno do racismo. No quarto esforço do jornal à cobertura da temática racial negra computado por esta investigação, nomeadamente vinculado pelo jornal à sequência de 13 anos depois da cobertura de 1995, o caderno especial "Racismo Confrontado", em 2008, se propôs a fazer um levantamento da temática racial negra nas suas principais áreas, muitas delas alvo do debate público empreendido na primeira década do ano 2000, tais como: crescimento da autodeclaração racial negra, cotas raciais nas universidades, impacto das ações afirmativas no Brasil e nos Estados Unidos, entrada do tema na agenda política do país e a visibilidade dos afrodescendentes na mídia.

É cabível pontuar que a *Folha de S. Paulo* tem acompanhado e até mesmo faz parte do conflito racial existente na sociedade brasileira. Dito de outro modo, há uma simetria entre o momento atual do fenômeno no país e a produção noticiosa da Folha de S. Paulo. O jornal não está fora do contexto do conflito racial, pois em 1995 adotou a expressão "racismo cordial", amplamente criticada pelo Movimento Negro e de Mulheres Negras e especialistas (TURRA & VENTURA, 1995), revisada 13 anos depois, em 2008, pelo especial "racismo confrontado". O uso de uma expressão mais generalista também pode ser entendido como uma reelaboração do termo usado em 1995, ao passo que ilustra as estratégias em curso no país para fazer frente ao fenômeno.

Referências

ABRAMO, Perseu. Padrões de manipulação na grande imprensa. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BAIRROS, Luiza. III Conferência Mundial contra o Racismo. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 169-170, jan.-jun. 2002.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1974.

BORGES, Rosane da Silva. Ficção e realidade – as tramas discursivas dos programas de TV. 364 f. São Paulo: USP, 2008. Tese (Doutorado em Comunicação), Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

CANELLAS, Marcelo. Nem parcial, nem engajado: o repórter como artífice da notícia. In: CANELA, Guilherme. (org.). Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo. São Paulo: Andi e Cortez, 2008.

CAPELATO, Maria Helena R. Imprensa e história do Brasil. 2. ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994.

CARDOSO, Edson. Bruxas, espíritos e outros bichos. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1992.

CONCEIÇÃO, Fernando da Costa. Do 13 ao 20: Mídia e Etnicidades no Brasil e nos Estados Unidos. In: CARRANÇA, Flávio e BORGES, Rosane da Silva. (org.). Espelho infiel – o negro no Jornalismo brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

_____. Mídia e etnicidades no Brasil e nos Estados Unidos. São Paulo: Livro Pronto, 2005.

FERREIRA, Ricardo Alexino. A representação do negro em jornais no centenário da abolição da escravatura no Brasil. 185 f. São Paulo: USP, 1993. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1993.

FOLHA DE S. PAULO. Novo manual da redação da Folha de S. Paulo. 8. ed. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1998.

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê Editora, 1987.

GENTILLI, Victor. Democracia de massas – jornalismo e cidadania. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O recente anti-racismo brasileiro: o que dizem os jornais diários. In: CARRANÇA, Flávio e BORGES, Rosane da Silva. (org.). Espelho infiel – o negro no jornalismo brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

HALL, Stuart. [et. al.]. A produção social das notícias: o 'mugging' nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org). Jornalismo: questões, teorias e "estórias". 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

IRACI, Nilza; SANEMATSU, Marisa. Mídia e racismo – a que é que se destina? Como a imprensa escrita brasileira cobriu a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância. In: CARRANÇA, Flávio e BORGES, Rosane da Silva. (org.). Espelho infiel – o negro no jornalismo brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. Mídia e democracia no Brasil. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; FISCHMANN, Roseli. (org.). Mídia e tolerância - a ciência construindo caminhos de liberdade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

LAGE, Nilson. Ideologia e técnica da notícia. Petrópolis: Vozes, 1979.

LEITÃO, Miriam. A imprensa e o racismo. In: RAMOS, Silvia. (org.). Mídia e racismo. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

MEDINA, Cremilda. Imprensa e racismo: espelho das contradições sociais. In: CARRANÇA, Flávio e BORGES, Rosane da Silva. (org.). Espelho infiel – o negro no jornalismo brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

MOUILLAUD, Maurice. A informação ou parte da sombra. In: PORTO, Sérgio. (org.). O jornal – da forma ao sentido. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

MOURA, Clóvis. Imprensa negra – estudo crítico de Clóvis Moura – Edição Fac-Similar. São Paulo: Imprensa Oficial de

São Paulo: Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, 2002.

NEVEU, Érick. Sociologia do jornalismo. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SANTOS, Milton. É preciso ir além da constatação. In: TURRA, Cleusa e VENTURI, Gustavo. Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1995. Entrevista concedida a Mauricio Stycer.

SCHLESINGER, Philip. Os jornalistas e a sua máquina do tempo. In: TRAQUINA, Nelson (org). Jornalismo: questões, teorias e "estórias". 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

SILVA, Cidinha da. Ações afirmativas em educação: um debate para além das cotas. In: SILVA, Cidinha da (org). Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras. São Paulo: Summus: Selo Negro, 2003.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista; ROSEMBERG, Fúlvia. Lugares de negros e brancos na mídia. In: DIJK, Teun A. van (org). Racismo e discurso na América Latina. São Paulo: Contexto, 2008.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org). Jornalismo – questões, teorias e "estórias". 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo. Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1995.

VAN DIJK, Teun A. Racismo y análisis crítico de los medios. 1. ed. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1997.

Recebido em 29.10.2013. Aceito em 17.12.2013